

**TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**

Rua Castilho, 20  
1250-069 Lisboa  
Tel. 21 311 12 00  
Fax 21 353 52 41

**TAGUS - STC, S.A.**

**Sociedade Titularização de Créditos**

**Relatório Anual de 2009**

# **TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**

Em conformidade com o que está preceituado nos termos das disposições aplicáveis pelo Código das Sociedades Comerciais, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respectivo anexo da "Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA" referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, as demonstrações financeiras da Sociedade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela EU em vigor nessa data.

Tendo em consideração as regras de desreconhecimento definidas na IAS 39, e apesar da natureza e características das operações sob gestão, as mesmas continuam a ser apresentadas no Balanço da Sociedade, dado que de acordo com a lei portuguesa a Sociedade é o último responsável por quaisquer eventos relacionados com as referidas operações, o que impede o seu desreconhecimento.

## **1º Constituição e Objecto Social**

A Tagus, STC, S.A. iniciou a sua actividade em 11 de Novembro de 2004, tendo por objecto o exercício de actividades permitidas por lei às sociedades de titularização de créditos, nomeadamente a realização de operações de titularização de créditos, mediante a aquisição, gestão e transmissão de créditos e a emissão de obrigações titularizadas para o pagamento dos créditos adquiridos.

## **2º Actividade**

No exercício de 2009 a sociedade efectuou três novas operações:

- "EnergyOn nº 1 Securitisation Notes": esta operação consistiu na aquisição à EDP Serviço Universal, S.A. de créditos que correspondem ao direito de recebimento de montantes relativos aos valores de ajustamento positivos referentes a custos decorrentes da actividade de aquisição de energia eléctrica, relativos aos anos de 2007 e 2008. Foram emitidas obrigações titularizadas por um montante total de Euros 1.258.600.000 (Um bilião duzentos e cinquenta e oito milhões e seiscentos mil de euros).

- "Aqua Finance 3 Securitisation Notes": esta operação consistiu na aquisição de um portfólio de créditos de contratos de leasing de equipamentos e aluguer de longa duração (ALD) do Finicrédito, S.A., foram emitidas obrigações titularizadas dividida em três tranches: Euros 110.020.000 Class A, Euros 96.980.000 Class B e Euros 6.210.000 Class C. Todas as tranches foram emitidas ao par.

- "EnergyOn nº 2 Securitisation Notes" esta operação consistiu na aquisição à EDP Serviço Universal, S.A., de créditos que correspondem ao direito de recebimento de montantes relativos ao pagamentos dos valores de ajustamento positivos referentes a custos decorrentes da actividade de aquisição de energia eléctrica, relativo ao ano de 2009. Foram emitidas obrigações titularizadas por um montante total de Euros 440.850.000 (Quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e cinquenta mil de euros).

# **TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**

Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Os activos adquiridos nas operações acima indicadas cumprem os requisitos de que a lei da Titularização de Créditos faz depender a possibilidade de cessão para titularização.

## **3º Operações de titularização a 31 de Dezembro de 2009**

<i>Designação</i>	<i>Data de constituição</i>	<i>Montante €</i>
Pérola nº 1 Securitisation Notes	15.12.2005	150.000.000
Altis nº1 Securitisation Notes	29.12.2006	206.737.202
Rose nº 1 Securitisation Notes	19.12.2007	240.000.000
Aqua Mortgage nº 1 Securit. Notes	09.12.2008	236.500.000
Magma nº 1 Securitisation Notes	30.12.2008	80.000.000
EnergyOn nº 1 Securitisation Notes	06.03.2009	1.258.600.000
Aqua Finance nº 3 Securitisation Notes	30.06.2009	213.210.000
EnergyOn nº 2 Securitisation Notes	03.12.2009	440.850.000

## **4º Fundos Próprios**

Face às operações de titularização e às obrigações decorrentes da legislação em vigor, em 31 de Dezembro de 2009 o capital social encontrava-se totalmente realizado, no montante de EUR: 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil Euros), tendo o accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A. efectuado prestações acessórias de capital à sociedade, no montante total de EUR: 2.397.040 (Dois milhões trezentos e noventa e sete mil e quarenta euros), e prestações acessórias subordinadas no montante total EUR: 457.211 (Quatrocentos e cinquenta sete mil duzentos e onze euros).

As prestações acessórias subordinadas terão o prazo de 10 anos, podendo ser amortizadas antecipadamente mediante autorização da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e serão efectuadas pelo accionista único numa base remunerada anualmente a partir de resultados distribuíveis pelos accionistas e gerados no ano de referência da remuneração, à taxa de juro correspondente à Euribor 12 meses acrescida de 6%. Os juros serão pagos anualmente no dia 1 ou no dia útil imediatamente seguinte ao mês de início da constituição das prestações acessórias subordinadas.

Estes valores compõem os fundos próprios da Sociedade em montante suficiente para cumprir com os rácios prudenciais em matéria de fundos próprios previstos no artigo quadragésimo terceiro da lei da Titularização de Créditos, bem como com os requisitos constantes do Regulamento da CMVM número 12/2002 de dezoito de Julho.

# TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## 5º Principais indicadores

EUR	2009	2008
Total do Balanço	2.805.022.051	1.401.203.815
Situação Líquida	2.776.210	1.390.439
Proveitos Totais	165.169.452	46.550.229
Despesas Totais	164.994.195	46.495.271
Resultados Líquidos	127.731	53.379

## 6º Perspectivas para 2010

Para 2010, a sociedade irá procurar reforçar a sua carteira de negócios no mercado português de titularização de créditos, apesar da situação económica internacional e nacional não perspectivar uma significativa recuperação da economia Portuguesa.

## 7º Gestão de risco

A gestão integrada dos riscos - Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e outros - constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma estratégia de crescimento sustentada e à manutenção de uma adequada relação entre o nível de fundos próprios e a actividade desenvolvida, assim como uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

Na análise efectuada aos riscos emergentes da actividade da companhia elencou-se como possível de ser incorrido o risco Operacional.

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou ainda, de eventos externos.

O Grupo Deutsche Bank Portugal garante às suas participadas a adopção, desde sempre, de princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta os indicadores chave, os controlos ao nível informático os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.



# **TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**

## **8º Proposta de Aplicação de Resultados**

A Tagus, SA apresentou em 2009 um resultado bruto de Eur: 175.256,68, a que corresponde um imposto a pagar de Eur: 47.525,56, determinado de acordo com a legislação aplicável.

O resultado líquido foi assim de Eur: 127.731,12, o que, de acordo com as disposições legais e estatutárias, terá a seguinte aplicação:

<b>Reserva Legal</b>	12.773,11
<b>Dividendos</b>	114.000,00
<b>Resultados Transitados</b>	958,01
<b>Total</b>	127.731,12

## **9º Informação exigida pelo Artº. 448, Nº. 4 do Código das Sociedades Comerciais**

Accionistas titulares de pelo menos um décimo, um terço, ou metade do capital, em 31 Dezembro de 2009:

Deutsche Bank (Portugal), S.A., detentor de 50.000 acções, correspondentes a 100% do capital e dos respectivos direitos de voto.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2010



Francisco Oliveira

(vogal)

### **O Conselho de Administração**



Joaquim Baptista

(vogal)



Filipe Crisóstomo Silva

(Presidente)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2009

Ao Accionista Único,

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, da Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.. ("Tagus"), apresentados pelo Conselho de Administração da Tagus referentes ao exercício de 2009, dando, assim, cumprimento ao disposto na alínea g) do nº1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais.
2. O Conselho, reuniu trimestralmente, tendo o Conselho de Administração da Tagus assitido às reuniões do Conselho Fiscal e prestando os esclarecimentos julgados necessários sempre que solicitado para o efeito.
3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas. Foi analisado o processo de preparação das contas anuais. Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados relativamente às contas.
4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos da Tagus e os preceitos legais aplicáveis.
5. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório dos auditores externos, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
  - a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas da Tagus, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
  - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 12 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

*Manuel de Lencastre*

*Julio*

*João Filipe de Sousa*



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da **Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 2.805.022.051 euros e um total de capital próprio de 2.776.210 euros, incluindo um resultado líquido de 127.731 euros), a Demonstração dos Resultados, dos Fluxos de Caixa e de Alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da referida Sociedade:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;
  - b) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades das Sociedades de Titularização de Créditos;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2010



---

**KPMG & Associados**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (SROC n.º 189)**

representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida (ROC n.º 967)

**Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2009 e 2008**

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Demonstração dos Resultados

para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Notas	Total Operações		Geral		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	79.660.106	46.249.782	18.843	46.129	79.678.949	46.295.911
Juros e custos similares	74.314.043	46.203.763	7.675	-	74.321.718	46.203.763
Margem financeira	5.346.063	46.019	11.168	46.129	5.357.231	92.148
Resultados de serviços e comissões	192.303	152.388	276.333	101.930	468.636	254.318
Resultados em Operações Financeiras	27.876.077	-	-	-	27.876.077	-
Outros resultados de exploração	-	-	(9.981)	-	(9.981)	-
Total de proveitos operacionais	28.068.380	152.388	266.352	101.930	28.334.732	254.318
Gastos gerais administrativos	13.462.009	198.407	102.263	92.525	13.564.272	290.932
Amortizações do exercício	-	-	-	576	-	576
Total de custos operacionais	13.462.009	198.407	102.263	93.101	13.564.272	291.508
Imparidade do crédito	19.952.434	-	-	-	19.952.434	-
Resultado operacional	-	-	175.257	54.958	175.257	54.958
Resultado antes de impostos	-	-	175.257	54.958	175.257	54.958
Impostos sobre lucros	-	-	47.526	1.579	47.526	1.579
Resultado do exercício	-	-	127.731	53.379	127.731	53.379

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Notas	Total Operações		Geral		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
<b>Activo</b>						
Disponibilidades em instituições de crédito						
Créditos a clientes	41.473.006	8.405.523	3.404.789	1.564.951	44.877.795	9.970.474
Activos intangíveis	2.759.962.738	1.031.060.242	-	-	2.759.962.738	1.031.060.242
Outros activos	70.595	101.436	110.923	71.663	181.518	173.099
	<u>2.801.506.339</u>	<u>1.039.567.201</u>	<u>3.515.712</u>	<u>1.636.614</u>	<u>2.805.022.051</u>	<u>1.041.203.815</u>
<b>Passivo</b>						
Titulos de dívida emitidos						
Outros passivos financeiros	2.776.226.052	1.039.389.058	-	-	2.776.226.052	1.039.389.058
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	464.886	-	464.886	-
Outros passivos	25.043.265	-	-	-	25.043.265	-
	<u>237.022</u>	<u>178.143</u>	<u>274.616</u>	<u>246.175</u>	<u>511.638</u>	<u>424.318</u>
Total do Passivo	<u>2.801.506.339</u>	<u>1.039.567.201</u>	<u>739.502</u>	<u>246.175</u>	<u>2.802.245.841</u>	<u>1.039.813.376</u>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	-	-				
Prestações acessórias de capital	-	-	250.000	250.000	250.000	250.000
Reservas e resultados transitados	-	-	2.397.040	1.139.000	2.397.040	1.139.000
Resultado do exercício	-	-	1.439	(51.940)	1.439	(51.940)
			<u>127.731</u>	<u>53.379</u>	<u>127.731</u>	<u>53.379</u>
Total do Capital Próprio	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.776.210</u>	<u>1.390.439</u>	<u>2.776.210</u>	<u>1.390.439</u>
	<u>2.801.506.339</u>	<u>1.039.567.201</u>	<u>3.515.712</u>	<u>1.636.614</u>	<u>2.805.022.051</u>	<u>1.041.203.815</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras



# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

	Total Operações		Geral		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>						
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	-	-	-	-	-	-
Outros recebimentos (pagamentos)	(1 906.705)	18.137	(145.817)	(49.740)	(145.817)	(49.740)
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	(1 906.705)	18.137	270.456	147.273	(1.636.250)	165.410
<b>Actividades de investimento</b>						
Pagamentos respeitantes a:						
Aquisições de créditos	(1.737.350.716)	(249.918.301)	-	-	(1.737.350.716)	(249.918.301)
Juros e proveitos similares	18.208.829	46.887.965	27	-	18.208.856	46.887.965
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	(1.719.141.887)	(203.030.336)	27	-	(1.719.141.860)	(203.030.336)
<b>Actividades de financiamento</b>						
Recebimentos respeitantes a:						
Titulos de dívida emitidos	1.804.626.987	258.247.117	-	-	1.804.626.987	258.247.117
Juros e custos similares	(50.510.913)	(46.841.946)	-	-	(50.510.913)	(46.841.946)
Prestações acessórias de capital	-	-	1.715.251	253.000	1.715.251	253.000
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	1.754.116.074	211.405.171	1.715.251	253.000	1.755.831.325	211.658.171
Variação da caixa e seus equivalentes	33.067.482	8.392.972	1.839.917	350.533	34.907.399	8.743.505
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.405.523	12.551	1.564.872	1.214.339	9.970.395	1.226.890
Caixa e seus equivalentes no fim do período	41.473.005	8.405.523	3.404.789	1.564.872	44.877.794	9.970.395
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 8)	41.473.005	-	3.404.789	-	44.877.794	-

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Demonstração de alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2009

(Valores expressos em Euros)

	Total do Capital próprio	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado do exercício
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	1,084,060	250,000	886,000	1,354	(3,208)	(50,086)
Prestações acessórias de capital	253,000	-	253,000	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	(50,086)	50,086
Resultado do exercício	53,379	-	-	-	-	53,379
Saldos a 31 de Dezembro de 2008	1,390,439	250,000	1,139,000	1,354	(53,294)	53,379
Prestações acessórias de capital	1,258,040	-	1,258,040	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	5,338	-	(5,338)
Resultados transitados	-	-	-	-	48,041	(48,041)
Resultado do exercício	127,731	-	-	-	-	127,731
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2,776,210	250,000	2,397,040	6,692	(5,253)	127,731

Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

**Demonstração do rendimento integral**  
**para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
Outro rendimento integral do exercício	-	-
Resultado do exercício	127.731	53.379
Total do rendimento integral do exercício	<u>127.731</u>	<u>53.379</u>

# Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### 1 Políticas contabilísticas

#### 1.1 Bases de apresentação

A Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., foi constituída em 11 de Novembro de 2004, ao abrigo do Decreto-lei nº 453/99, de 5 de Novembro, revisto pelo Decreto-lei nº 82/2002, de 5 de Abril e pelo Decreto-lei nº 303/2003, de 5 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 52/2006, de 15 de Março, os quais regulamentam as sociedades de titularização de créditos.

A Sociedade tem por objecto o exercício de actividades permitidas por lei às sociedades de titularização de créditos, nomeadamente a realização de operações de titularização de créditos, mediante a aquisição, gestão e transmissão de créditos e a emissão de obrigações titularizadas para o pagamento dos créditos adquiridos.

O capital social da Sociedade corresponde a Euros 250.000, integralmente subscrito e realizado em dinheiro pelo único accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A., encontrando-se representado por 50.000 ações, escriturais e com o valor nominal de 5 euros cada.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, as demonstrações financeiras da Sociedade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessas datas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Regulamento nº 11/2005 da CMVM, as demonstrações financeiras da Sociedade devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) conforme endossadas pela União Europeia (“UE”) até 31 de Dezembro de 2008. As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1.16.

## 1.2. Desreconhecimento

A Sociedade desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou aos activos que foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos activos. A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

A actividade da Sociedade encontra-se regulamentada pelo decreto-lei 453/99 que define claramente a obrigatoriedade de património autónomo de cada operação, respondendo os activos de cada operação exclusivamente pelos passivos correspondentes. O património da Sociedade não pode ser afecto a qualquer das operações.

Tendo em consideração as regras de desreconhecimento definidas pela IAS 39, nomeadamente nos parágrafos 16 a 23 e no parágrafo 36 do Application Guidance da mesma norma, e apesar da natureza e características das operações sob gestão e da transferência da maioria dos riscos e benefícios, as operações são reconhecidas no Balanço e na Demonstração de Resultados, mas devidamente segregadas e apresentadas como tal dado que de acordo com a Lei portuguesa a Sociedade é o último responsável por quaisquer eventos relacionados com as referidas operações, o que impede o seu desreconhecimento.

## 1.3. Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os activos adquiridos no âmbito das operações de titularização, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os activos são adquiridos aos originadores.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

### *Imparidade*

A política da Sociedade consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade dos activos das suas operações. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica imparidade de crédito, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um activo ou um conjunto de activos definido como um conjunto de activos com características de risco semelhantes, poderá ser classificado como uma carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo ou conjunto de activos, que possa ser estimado de forma fiável.

Sempre que exista informação por parte dos originadores das operações, a imparidade é apurada com base nas taxas de imparidade fornecidas pelos mesmos para as carteiras de crédito securitizadas e/ou para carteiras de crédito com características semelhantes aos créditos securitizados.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) *Análise individual*

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total dos activos por operação.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico do activo, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos activos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os activos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um activo com garantias reais, corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os activos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) *Análise colectiva*

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de activos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em activos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

Os activos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos.

#### **1.4. Instrumentos financeiros**

(i) *Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

1) *Activos e passivos financeiros detidos para negociação*

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado, são classificados como de negociação.

Os derivados de negociação com justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

2) *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui os títulos de dívida emitidos e empréstimos.

Os juros de títulos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, do passivo financeiro. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os títulos de dívida afectos às operações reflectem também a diferença entre o valor contabilístico dos activos e dos passivos afectos à operação, na medida em que qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das operações.

### **1.5. Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros**

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e valores a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e valores a receber são também permitidas.

São proibidas as transferências de e para activos e passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair Value Option").

### **1.6. Instrumentos de capital**

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As prestações acessórias de capital são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção da Sociedade e os dividendos sejam pagos pela Sociedade numa base discricionária, caso contrário são classificados como passivo financeiro.

### 1.7. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro na óptica contabilística, a componente de juro corrido não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados em operações financeiras.

### 1.8. Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados pelo método da taxa de juro efectiva em margem financeira.

### 1.9. Resultados em operações financeiras

Os Resultados em operações financeiras registam os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação incluindo variações de justo valor e juros corridos de derivados.



#### 1.10. Activos Intangíveis

##### *"Software"*

Os custos incorridos com a aquisição de "software" são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

##### *Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento*

A Sociedade não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

#### 1.11. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores referentes a caixa e depósitos à ordem.

#### 1.12. "Offsetting"

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando a Sociedade tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

#### 1.13. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Sociedade procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar

activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

#### 1.14. Relato por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável da Sociedade, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Cada uma das operações, contabilisticamente segregadas com riscos e benefícios claramente diferenciáveis bem como a componente da Sociedade não afecta directamente a nenhuma das operações (Geral), estão identificadas como segmentos distintos da Sociedade. A 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, estes segmentos são os seguintes:

- Geral;
- Pérola;
- Altis;
- Rose;
- Aqua Mortgage;
- Magma;
- EnergyOn 1;
- Aqua Finance;
- EnergyOn 2.

O detalhe de cada uma das operações é apresentado na nota 21.

#### 1.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

#### 1.16. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### *Perdas por imparidade em créditos a clientes*

A Sociedade determina as perdas por imparidade com base em taxas e restante informação fornecidas pelos originadores dos activos referentes às carteiras securitizadas e a carteiras com características semelhantes e informação de mercado, conforme referido na política contabilística 1.3.

O processo de avaliação da carteira de activos de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## 2 Margem financeira

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
<i>Juros e Proventos Similares:</i>						
Juros de Crédito	79.130.537	-	79.130.537	46.249.782	-	46.249.782
Juros de Depósitos	529.569	18.843	548.412	-	46.129	46.129
	<u>79.660.106</u>	<u>18.843</u>	<u>79.678.949</u>	<u>46.249.782</u>	<u>46.129</u>	<u>46.295.911</u>
<i>Juros e Custos Similares:</i>						
Juros de Títulos emitidos	74.314.043		74.314.043	46.203.763	-	46.203.763
Juros de empréstimos	-	7.675	7.675	-	-	-
	<u>74.314.043</u>	<u>7.675</u>	<u>74.321.718</u>	<u>46.203.763</u>		<u>46.203.763</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>5.346.063</u>	<u>11.168</u>	<u>5.357.231</u>	<u>46.019</u>	<u>46.129</u>	<u>92.148</u>

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

### 3 Resultados de serviços e comissões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>						
<i>Management fees:</i>						
Altis	-	26.073	26.073	-	1.525	1.525
Pérola	-	32.231	32.231	-	32.231	32.231
Rose	-	28.713	28.713	-	3.050	3.050
Aqua Mortgage	-	30.957	30.957	-	7.119	7.119
Magma	-	31.178	31.178	-	28	28
Energyon n° 1	-	105.141	105.141	-	-	-
Aqua Finance	-	16.529	16.529	-	-	-
EnergyOn n° 2	-	5.511	5.511	-	-	-
Auditoria	129.425	-	129.425	74.900	-	74.900
Comissões	62.878	-	62.878	77.488	57.977	135.465
	<u>192.303</u>	<u>276.333</u>	<u>468.636</u>	<u>152.388</u>	<u>101.930</u>	<u>254.318</u>

A rubrica Auditoria – Operações regista honorários de auditoria referentes às operações que a Sociedade tem a receber dos respectivos originadores. A Sociedade recebe dos originadores os montantes correspondentes a estes serviços especializados e paga à empresa que lhe presta o serviço, conforme referido na nota 6.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

### 4 Resultados em operações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
<i>Lucros em operações financeiras:</i>						
Operações com instrumentos financeiros de negociação Swaps	-	-	-	-	-	-
Outros proveitos e ganhos em operações financeiras	66.784.782	-	66.784.782	-	-	-
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>						
Operações com instrumentos financeiros de negociação Swaps	38.908.705	-	38.908.705	-	-	-
Outros custos e perdas em operações financeiras	-	-	-	-	-	-
<i>Resultados Líquidos em operações financeiras</i>	<u>27.876.077</u>	<u>-</u>	<u>27.876.077</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica Lucros / (Prejuízos) em Operações com instrumentos financeiros de negociação – Swaps inclui as variações de justo valor e juros corridos dos derivados financeiros.

A rubrica Outros proveitos e ganhos em operações financeiras inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009 nas operações Aqua Mortgage, Aqua Finance, EnergyOn 1 e EnergyOn 2.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

## 5 Outros resultados de exploração

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Multas fiscais	-	(9.981)	(9.981)	-	-	-
	-	(9.981)	(9.981)	-	-	-

## 6 Gastos gerais administrativos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Assistência Jurídica	1.800	13.030	14.830	-	3.272	3.272
Honorários	-	2.049	2.049	-	1.852	1.852
Contencioso	-	500	500	-	250	250
Trabalhos especializados						
Audit fee	129.425	2.836	132.261	96.500	3.124	99.624
Service fee	466.499	-	466.499	7.147	-	7.147
Issuer fee	220.286	-	220.286	65.066	-	65.066
Agent bank fee	72.535	-	72.535	28.194	-	28.194
Irish stock exchange fee	3.035	-	3.035	-	-	-
Legal fee	416.384	-	416.384	-	-	-
Arranger fee	11.733.696	-	11.733.696	-	-	-
Rating Agency fee	325.000	-	325.000	-	-	-
Clearstream fee	46.250	-	46.250	-	-	-
Outros	47.099	83.693	130.792	1.500	83.693	85.193
Outros	-	155	155	-	334	334
	13.462.009	102.263	13.564.272	198.407	92.525	290.932

A Sociedade celebrou um *Service Level Agreement* ("SLA") com o Deutsche Bank (Portugal), S.A. e com a Navegator SGFTC, S.A. que define os termos em que estas entidades prestam serviços à Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Trabalhos especializados – Outros no segmento Tagus regista os montantes de Euros 59.069 (2008: Euros 59.069) e Euros 24.624 (2008: Euros 24.624) referentes

aos serviços prestados pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A e pela Navigator SGFTC, S.A., respectivamente, no âmbito do *Service Level Agreement*, conforme referido na nota 14.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

## 7 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Activos intangíveis</i>		
<i>Software</i>	-	576
	-	576

## 8 Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Depósitos à ordem	41.473.005	204.762	41.677.767	8.405.523	64.872	8.470.395
Depósitos a prazo	-	3.200.027	3.200.027	-	1.500.079	1.500.079
	41.473.005	3.404.789	44.877.794	8.405.523	1.564.951	9.970.474

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito – Geral inclui um depósito à ordem junto do Deutsche Bank (Portugal), S.A. no montante de Euros 204.762 (2008: Euros 64.872). A referida rubrica inclui ainda um depósito a prazo junto do Deutsche Bank (Portugal), S.A. no montante de Euros 3.200.000 e respectivo juro associado no montante de Euros 27.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

## 9 Créditos a clientes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Crédito e periodificação de juros	2.759.962.738	-	2.759.962.738	1.031.060.242	-	1.031.060.242
	2.759.962.738	-	2.759.962.738	1.031.060.242	-	1.031.060.242

A análise das características dos portfolios das diversas operações é analisada na nota 21 às demonstrações financeiras.

## 10 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Custo de aquisição</i>		
<i>Software</i>	10.354	10.354
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	-	(576)
Relativas a exercícios anteriores	(10.354)	(9.778)
	-	-

	Saldo em 01-01-2009 Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Saldo em 31-12-2009 Euros
<i>Custo de aquisição</i>			
<i>Software</i>	10.354	-	10.354
<i>Amortizações acumuladas</i>			
<i>Software</i>	10.354	-	10.354



## 11 Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Estado e outros entes públic	-	88.428	88.428	-	62.638	62.638
Devedores diversos - valores a receber	70.595	5.000	75.595	101.436	-	101.436
<i>Issuer fee:</i>						
Altis	-	632	632	-	633	633
Rose	-	853	853	-	1.138	1.138
Aqua Mortgage	-	1.577	1.577	-	7.168	7.168
Magma	-	250	250	-	86	86
EnergyOn 1	-	5.943	5.943	-	-	-
Aqua Finance	-	2.754	2.754	-	-	-
EnergyOn 2	-	5.486	5.486	-	-	-
	<u>70.595</u>	<u>110.923</u>	<u>181.518</u>	<u>101.436</u>	<u>71.663</u>	<u>173.099</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Estado e outros entes públicos – Tagus regista o montante de Euros 88.428 relativo aos pagamentos especiais por conta de IRC efectuados em 2008 e 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de Devedores diversos - valores a receber refere-se a valores a receber sobre serviços prestados pela Sociedade às operações Altis, Rose, Magma, Aqua Mortgage, Aqua Finance e EnergyOn 2.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

## 12 Títulos de dívida emitidos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
<i>Empréstimos obrigacionistas</i>						
Obrigações de titularização	2.825.897.202	-	2.825.897.202	1.036.500.000	-	1.036.500.000
Juros periodificados	16.192.305	-	16.192.305	1.965.086	-	1.965.086
Prémio de emissão	906.920	-	906.920	923.972	-	923.972
Outros	(66.770.375)	-	(66.770.375)	-	-	-
	<u>2.776.226.052</u>	<u>-</u>	<u>2.776.226.052</u>	<u>1.039.389.058</u>	<u>-</u>	<u>1.039.389.058</u>

A rubrica Outros apresenta o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos de emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009 nas operações Aqua Mortgage, Aqua Finance, EnergyOn 1 e EnergyOn 2.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

## 13 Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica é analisada como segue:

Data início	Data de reembolso	Taxa de juro	2009 Euros
Jun-2009	Jun-2019	E12M+6%	155.793
Nov-2009	Nov-2019	E12M+6%	309.093
			<u>464.886</u>

Os montantes reconhecidos nesta rubrica representam as prestações acessórias de capital que foram consideradas, na óptica contabilística, outros passivos financeiros, tal como descrito na política contabilística 1.4.

Adicionalmente ver nota 16.

## 14 Passivos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Swaps	25.043.265	-	25.043.265	-	-	-
	<u>25.043.265</u>	<u>-</u>	<u>25.043.265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação – Swaps regista o justo valor dos derivados incluindo o juro corrido das operações EnergyOn 1 e EnergyOn 2, tal como referido na política contabilística descrita na nota 1.4.

De acordo com os requisitos da IFRS 7, o justo valor dos derivados incluem-se no nível 2.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

## 15 Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Geral	Total	Total Operações	Geral	Total
Fornecedores	-	-	-	-	294	294
Estado e outros entes públicos	-	44.165	44.165	-	1.751	1.751
Credores diversos - valores a pagar	20.362	-	20.362	15.361	-	15.361
<i>Custos a pagar:</i>						
Assistência jurídica	-	3.300	3.300	-	3.300	3.300
Comissões	87.060	-	87.060	26.957	-	26.957
<i>Service Level Agreement</i>	-	83.693	83.693	-	83.693	83.693
Auditoria	129.600	5.986	135.586	135.825	6.300	142.125
<i>Proventos diferidos:</i>						
<i>Acceptance fee</i>	-	137.472	137.472	-	150.837	150.837
	<u>237.022</u>	<u>274.616</u>	<u>511.638</u>	<u>178.143</u>	<u>246.175</u>	<u>424.318</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Estado e outros entes públicos regista o montante de Euros 43.746 (2008: Euros 1.579) e o montante de Euros 419 (2008: Euros 172) relativos a IRC a pagar e a imposto selo, respectivamente.

A Sociedade celebrou um *Service Level Agreement* (“SLA”) com o Deutsche Bank (Portugal), S.A. e com a Navigator SGFTC, S.A. que define os termos em que estas entidades prestam serviços à Sociedade.

A rubrica *Service Level Agreement* inclui os montantes de Euros 59.069 (2008: Euros 59.069) e Euros 24.624 (2008: Euros 24.624) referentes aos serviços prestados pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A e pela Navigator SGFTC, S.A.

A rubrica *Acceptance fee* – Geral regista o valor a reconhecer em resultados referente ao *fee* anual pago pelos originadores pelos serviços realizados pela Sociedade às diversas operações.

O detalhe dos valores por operação é analisado na nota 21.

## 16 Capital e prestações acessórias

Conforme referido na nota 1.1, o capital social da Sociedade no montante de Euros 250.000, encontra-se representado por 50.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe da realização de prestações acessórias pelo accionista único da Sociedade é apresentado como segue:

<b>Data deliberação Assembleia Geral</b>	<b>Montante Euros</b>
12 de Dezembro de 2005	200.000
29 de Dezembro de 2005	20.000
28 de Dezembro de 2006	226.000
10 de Dezembro de 2007	440.000
09 de Dezembro de 2008	233.000
18 de Dezembro de 2008	20.000
26 de Fevereiro de 2009	1.258.040
	<b>2.397.040</b>

A classificação das prestações acessórias concedidas pelo accionista são classificadas como instrumentos de capital ou como outros passivos financeiros consoante as suas características e de acordo com o enquadramento previsto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e em conformidade com a política contabilística apresentada na nota 1.6.

As prestações acessórias de capital nos montantes de Euros 150.000 e Euros 307.211 aprovadas na Assembleia Geral de 29 de Junho e 18 de Novembro de 2009, respectivamente, terão o prazo de 10 anos, podendo ser amortizadas antecipadamente mediante autorização da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e serão efectuadas pelo accionista único numa base remunerada anualmente a partir de resultados distribuíveis pelos sócios e gerados no ano de referência da remuneração à taxa de juro correspondente à Euribor a 12 meses acrescida de 6%, conforme referido na nota 13, devendo os juros ser pagos pela Sociedade no dia 1 de Julho e Dezembro, respectivamente, de cada ano ou no dia útil imediatamente seguinte, se aquele não o for.

À data de 31 de Dezembro de 2009, os Fundos Próprios da Sociedade ascendem a Euros 3.233.420.74 (2008: Euros 1.390.439) permitindo que a Sociedade tenha em circulação obrigações titularizadas até ao montante de Euros 2.933.421.000 (2008: Euros 1.090.439.000) de acordo com o Regulamento da CMVM nº 12/2002.

## 17 Reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros			2008 Euros		
	Total Operações	Tagus	Total	Total Operações	Tagus	Total
Reserva Legal	-	6.692	6.692	-	1.354	1.354
Resultados Transitados	-	(5.253)	(5.253)	-	(53.294)	(53.294)
Resultado do exercício	-	127.731	127.731	-	53.379	53.379
	-	129.170	129.170	-	1.439	1.439

Nos termos da Legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência de 20% do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral datada de 24 de Fevereiro de 2010 a Sociedade procedeu à aprovação da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2009, que consistiu no reforço da reserva legal no montante de Euros 12.773, dividendos no montante de Euros 114.000 e a transferência do montante Euros 958 para resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral datada de 31 de Março de 2009 a Sociedade procedeu à aprovação da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2008, que consistiu no reforço da reserva legal no montante de Euros 5.338 e a transferência do montante Euros 48.040 para resultados transitados.

## 18 Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam a curva de taxas de juro de mercado e os outros factores de mercado, se aplicáveis.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da Sociedade.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

#### *Disponibilidades em outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

#### *Passivos financeiros detidos para negociação*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

#### *Créditos a clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais de mercado para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Um dos principais factores que implica que o justo valor do crédito seja diferente do seu custo amortizado líquido das perdas por imparidade será a avaliação da variação do risco taxa juro. Este valor encontra-se já reflectido nas demonstrações financeiras, pelo que se estima que as diferenças face ao justo valor não são significativas.

Dado que estes activos estão directamente relacionados com os passivos de cada operação, este impacto não foi considerado dado estimar-se que não é material devido às características das operações.

#### *Títulos de dívida emitidos*

O justo valor dos títulos de dívida das operações de securitização reflecte o valor dos restantes activos e passivos na medida em que qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento daquelas, pelo que se estima que as diferenças face ao justo valor não são significativas.

## 19 Partes relacionadas

Os saldos e transacções mais significativos com partes relacionadas estão discriminados nas notas correspondentes.

## 20 Gestão de risco

Os principais tipos de risco são detalhados de seguida:

**Crédito** – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

**Mercado** – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos

diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

**Liquidez** – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Sociedade cumprir as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

**Operacional** – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

#### *Segmento Geral*

A Sociedade desenvolve uma actividade instrumental no âmbito do Deutsche Bank (Portugal), S.A., sendo a gestão dos riscos do negócio efectuada de forma centralizada. O acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercados, liquidez e operacional, é efectuado de acordo com os princípios gerais de gestão e controlo de riscos definidos pelo Conselho de Administração Executivo.

#### *Operações*

Como definido nas *Offering Circular* das operações, os créditos adquiridos têm que cumprir um conjunto de requisitos quer na data de aquisição quer ao longo de vida da operação, sob pena de serem substituídos ou dos originadores terem de efectuar pagamentos compensatórios às operações. Os *Servicing Agreements* contratados para todas as operações garantem que entidades terceiras especializadas (usualmente os próprios originadores) desenvolvam procedimentos de modo a gerir e controlar o risco de crédito, nomeadamente garantindo os recebimentos, identificando situações de incumprimento e gerindo as recuperações de crédito.

Considerando o risco de taxa de juro, são contratados Swaps de modo a eliminar o diferencial existente entre as taxas de juro do crédito e as taxas de juro das obrigações (*basis risk*).

## 21 Análise detalhada das operações

De seguida são apresentadas em detalhe cada uma das operações.

A Demonstração dos Resultados, o Balanço e a Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada uma das operações são apresentados nas páginas seguintes.

# Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Demonstração dos Resultados  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Pérola		Altis		Rore		Aqua Mortgage		Magma		EnergOn 1		Aqua Finance		EnergOn 2		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	4.326.367	8.279.075	5.440.071	13.123.455	8.989.956	23.959.980	8.605.938	869.164	4.805.934	18.108	31.477.088	15.281.276	733.456	79.666.106	46.249.782			
Juros e custos similares	4.326.367	8.279.075	5.440.071	13.123.455	8.989.956	23.959.980	8.260.091	823.145	4.805.934	18.108	27.051.530	14.920.707	519.387	74.314.043	46.203.763			
Margem financeira	-	-	-	-	-	-	345.867	46.019	-	-	4.425.558	360.569	214.069	5.346.063	46.019			
Resultados de serviços e comissões	-	-	44.217	56.501	69.647	81.328	-	-	78.440	14.559	-	-	-	192.304	152.388			
Resultados em Operações Financeiras	-	-	-	-	-	-	714.473	-	-	-	8.091.041	19.237.961	(181.805)	27.861.670	-			
Outros proveitos de exploração	-	-	-	-	-	-	14.407	-	-	-	-	-	-	14.407	-			
Total de proveitos operacionais	-	-	44.217	56.501	69.647	81.328	728.880	-	78.440	14.559	8.091.041	19.237.961	(181.805)	28.068.381	152.388			
Gastos gerais administrativos	-	-	44.217	56.501	69.647	81.328	360.274	46.019	78.440	14.559	12.516.599	360.569	32.364	13.462.009	198.407			
Total de custos operacionais	-	-	44.217	56.501	69.647	81.328	360.274	46.019	78.440	14.559	12.516.599	360.569	32.364	13.462.009	198.407			
Imparidade do crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Resultado operacional	-	-	-	-	-	-	714.473	-	-	-	-	19.237.961	-	19.952.314	-			
Resultado antes de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Importos sobre lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			



Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Balanco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Pérola		Alta		Rose		Água Mortgage		Magma		EnergOn 1		Água Finance		EnergOn 2		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Ativo</b>	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)	(€uros)
Disponibilidades em instituições de crédito	7.417	7.244	306.824.032	330.225.687	237	14.767	6.026.869	8.382.953	-	-	11.821.382	16.887.192	6.129.904	41.471.006	6.129.904	41.471.006	8.408.523	8.408.523
Créditos a clientes	150.099.733	150.261.113	230.225.687	230.225.687	240.198.827	320.637.013	230.135.050	229.918.301	80.373.513	100.018.108	1.235.456.349	181.451.682	435.453.552	2.759.462.738	435.453.552	2.759.462.738	1.031.062.142	1.031.062.142
Outros activos	-	-	21.871	21.887	8.783	63.590	11.285	-	14.122	14.559	4.742	4.817	-	70.595	4.975	70.595	101.456	101.456
	150.107.150	150.268.377	206.845.903	230.247.733	240.207.847	320.717.170	236.793.204	238.301.254	80.387.640	100.032.667	1.247.252.473	198.323.691	441.588.431	2.801.506.339	441.588.431	2.801.506.339	1.039.567.201	1.039.567.201
<b>Passivo</b>																		
Títulos de dívida emitidos	150.099.733	150.261.133	306.824.032	230.225.687	240.198.827	320.637.013	236.761.415	238.247.117	80.373.513	100.018.108	1.224.012.388	198.246.022	439.710.122	2.776.226.052	439.710.122	2.776.226.052	1.038.389.058	1.038.389.058
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.202.195	-	1.841.070	25.043.265	1.841.070	25.043.265	-	-
Outros passivos	7.417	7.244	21.871	22.046	9.020	80.157	31.789	54.117	14.127	14.559	37.890	77.669	37.239	237.022	37.239	237.022	178.143	178.143
Total do Passivo	150.107.150	150.268.377	206.845.903	230.247.733	240.207.847	320.717.170	236.793.204	238.301.254	80.387.640	100.032.667	1.247.252.473	198.323.691	441.588.431	2.801.506.339	441.588.431	2.801.506.339	1.039.567.201	1.039.567.201
<b>Capital Próprio</b>																		
Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Preferências suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas e resultados acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	150.107.150	150.268.377	206.845.903	230.247.733	240.207.847	320.717.170	236.793.204	238.301.254	80.387.640	100.032.667	1.247.252.473	198.323.691	441.588.431	2.801.506.339	441.588.431	2.801.506.339	1.039.567.201	1.039.567.201

O TECNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## 21 Análise detalhada das operações

### 1 - Operação Pérola

A 15 de Dezembro de 2005 a Sociedade efectuou a Operação “Pérola No. 1 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de dívidas do Governo Regional da Madeira a fornecedores e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 150.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso dos activos irá ocorrer de uma só vez em Dezembro de 2012.

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Pérola No. 1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à Euribor a seis meses, acrescida de um *spread* de 0,5%. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá ocorrer de uma só vez em Dezembro de 2012.

De acordo com o estabelecido contratualmente, a remuneração das obrigações (incluindo o reembolso do capital) está dependente da performance dos activos, sendo que em caso de delinquência desses activos esta é integralmente reflectida na remuneração das obrigações.

Qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago aos detentores das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo detentor na data de cancelamento das mesmas em Dezembro de 2012, não existindo resultado nas contas de exploração da Sociedade.

### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito que tem em consideração o montante estimado dos recebimentos de dívidas até ao final da operação (baseado na análise histórica de recebimentos), os custos e proveitos associados, bem como a taxa de juro implícita na operação. As perdas por imparidade dos activos securitizados, ou quaisquer outros factos no âmbito da operação poderão conduzir a uma insuficiência de fundos para liquidação do capital e juros das obrigações. Estas perdas serão assumidas exclusivamente pelos detentores das obrigações.

### Titulos de dívida emitidos

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de juro em 31.12.2009	Taxa de juro em 31.12.2008
Pérola no 1 Securitisation Notes	Dezembro de 2012	150.000.000	EUR 6M+0,50%	1,494%	3,917%

A rubrica Obrigações de titularização – Pérola regista o valor contabilístico das obrigações de titularização emitidas, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 0,50%. Semestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Notas	Pérola	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	4.326.367	8.279.075
Juros e custos similares	4.326.367	8.279.075
Margem financeira	I.1	-
Resultados de serviços e comissões	-	-
Outros resultados de exploração	-	-
Total de proveitos operacionais	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-
Total de custos operacionais	-	-
Resultado operacional	-	-
Resultado antes de impostos	-	-
Impostos sobre lucros	-	-
Resultado do exercício	-	-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	Pérola	
		2009	2008
		(Euros)	(Euros)
<b>Activo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.2	7.417	7.244
Créditos a clientes	1.3	150.099.733	150.261.133
Outros activos		-	-
		<u>150.107.150</u>	<u>150.268.377</u>
<b>Passivo</b>			
Titulos de dívida emitidos	1.4	150.099.733	150.261.133
Outros passivos	1.5	7.417	7.244
Total do Passivo		<u>150.107.150</u>	<u>150.268.377</u>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital		-	-
Prestações suplementares		-	-
Reservas e resultados acumulados		-	-
Resultado do exercício		-	-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>150.107.150</u>	<u>150.268.377</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Pérola	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	-	3.841
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	-	3.841
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	-	-
Juros e proveitos similares	4.487.940	8.355.317
	4.487.940	8.355.317
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	4.487.940	8.355.317
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	-	-
Juros e custos similares	(4.487.767)	(8.355.317)
	(4.487.767)	(8.355.317)
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(4.487.767)	(8.355.317)
Variação da caixa e seus equivalentes	173	3.841
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.244	3.403
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.417	7.244

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 1.1 – Margem financeira

	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de Depósitos	-	-
Juros de créditos titularizáveis	4.326.367	8.279.075
	<u>4.326.367</u>	<u>8.279.075</u>
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos emitidos	4.326.367	8.279.075
	<u>4.326.367</u>	<u>8.279.075</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>-</u>	<u>-</u>

### 1.2 – Disponibilidades em instituições de crédito

	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Depósitos à ordem	7.417	7.244

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Pérola, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG – London.

### 1.3 – Crédito a Clientes

	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Créditos e periodificação de juros	150.099.733	150.261.133
	<u>150.099.733</u>	<u>150.261.133</u>

Até à data ainda não existiu qualquer amortização de capital, tal como previsto pela Operação.



## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 1.4 – Títulos de dívida emitidos

	<b>2009</b> <b>Euros</b>	<b>2008</b> <b>Euros</b>
Obrigações de titularização	150.000.000	150.000.000
Juros periodificados	99.733	261.133
	<u>150.099.733</u>	<u>150.261.133</u>

### 1.5 – Outros Passivos

	<b>2009</b> <b>Euros</b>	<b>2008</b> <b>Euros</b>
Outros Credores	<u>7.417</u>	<u>7.244</u>

A rubrica Outros credores é referente aos valores a pagar ao originador da Operação Pérola – Governo Regional da Madeira.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2 - Operação Altis

A 29 de Dezembro de 2006 a Sociedade efectuou a Operação “Altis No. 1 Securitisation Notes” - esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de créditos futuros sobre as receitas da empresa Transportes Aéreos Portugueses S.A. (TAP) e respectivamente a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 230.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Os créditos encontram-se garantidos pelo originador da operação.

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Altis No.1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à taxa Euribor a três meses, acrescida de um spread de 0,80%. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações é trimestral, ocorrendo a 20 de Março de 2009 o 1º reembolso, até à data de maturidade Dezembro de 2016.

De acordo com o estabelecido contratualmente, o Originador garante a criação de *cash flow* suficiente para cobrir os montantes acordados entre as partes. Caso as receitas previstas pelo presente contrato não se revelem suficientes, o Originador compromete-se a garantir que a Sociedade receba de qualquer outra forma o montante previsto no final do prazo.

Qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago aos detentores das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo detentor na data de cancelamento das mesmas em Dezembro de 2016, não existindo resultado nas contas de exploração da Sociedade.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito que tem em consideração o montante estimado dos recebimentos de dívidas até ao final da operação (baseado na análise histórica de recebimentos), os custos e proveitos associados, bem como a taxa de juro implícita na operação. As perdas por imparidade dos activos securitizados, ou quaisquer outros factos no âmbito da operação poderão conduzir a uma insuficiência de fundos para liquidação do capital e juros das obrigações. Estas perdas serão assumidas exclusivamente pelos detentores das obrigações.

#### Títulos de dívida emitidos

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de Juro em 31.12.2009	Taxa de Juro em 31.12.2008
Altis nº 1 Securitisation Notes	Dezembro de 2016	206.737.202	EUR 3 M + 0,80%	1,500%	5,676%

A rubrica Obrigações de titularização – Altis regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,80%. Trimestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	Altis	
		2009	2008
		(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares		5.440.071	13.123.455
Juros e custos similares		5.440.071	13.123.455
Margem financeira	2.1	-	-
Resultados de serviços e comissões	2.2	44.217	56.501
Outros proveitos de exploração		-	-
Total de proveitos operacionais		44.217	56.501
Gastos gerais administrativos	2.3	44.217	56.501
Total de custos operacionais		44.217	56.501
Resultado operacional		-	-
Resultado antes de impostos		-	-
Impostos sobre lucros		-	-
Resultado do exercício		-	-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

<i>Activo</i>	Notas	Altis	
		2009	2008
		(Euros)	(Euros)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.4	-	559
Créditos a clientes	2.5	206.824.032	230.225.687
Outros activos	2.6	21.871	21.487
		<u>206.845.903</u>	<u>230.247.733</u>
<i>Passivo</i>			
Titulos de dívida emitidos	2.7	206.824.032	230.225.687
Outros passivos	2.8	21.871	22.046
Total do Passivo		<u>206.845.903</u>	<u>230.247.733</u>
<i>Capital Próprio</i>			
Capital		-	-
Prestações suplementares		-	-
Reservas e resultados acumulados		-	-
Resultado do exercício		-	-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>206.845.903</u>	<u>230.247.733</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Altis	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	43	(8.589)
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	43	(8.589)
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	23.262.798	-
Juros e proveitos similares	5.579.516	13.324.017
	28.842.314	13.324.017
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	28.842.314	13.324.017
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	(23.262.798)	-
Juros e custos similares	(5.580.118)	(13.324.017)
	(28.842.916)	(13.324.017)
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(28.842.916)	(13.324.017)
Variação da caixa e seus equivalentes	(559)	(8.589)
Caixa e seus equivalentes no início do período	559	9.148
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-	559

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2.1 – Margem financeira

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de créditos titularizáveis	5.440.071	13.123.455
	<u>5.440.071</u>	<u>13.123.455</u>
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos emitidos	5.440.071	13.123.455
	<u>5.440.071</u>	<u>13.123.455</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>-</u>	<u>-</u>

### 2.2 – Resultados de Serviços e Comissões (Rendimentos de Serviços e Comissões)

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	20.825	21.175
<i>Issuer fee</i>	14.124	25.652
<i>Agent bank fee</i>	9.268	9.674
	<u>44.217</u>	<u>56.501</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2.3 – Gastos gerais administrativos

	<b>2009</b> <b>Euros</b>	<b>2008</b> <b>Euros</b>
<i>Audit fee</i>	20.825	21.175
<i>Issuer fee</i>	14.124	25.652
<i>Agent bank fee</i>	9.268	9.674
	<u>44.217</u>	<u>56.501</u>

### 2.4 – Disponibilidades em instituições de crédito

	<b>2009</b> <b>Euros</b>	<b>2008</b> <b>Euros</b>
Depósitos à ordem	-	559

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Altis, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG – London.

### 2.5 – Crédito a Clientes

	<b>2009</b> <b>Euros</b>	<b>2008</b> <b>Euros</b>
Créditos e periodificação de juros	<u>206.824.032</u>	<u>230.225.687</u>
	<u>206.824.032</u>	<u>230.225.687</u>



## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

A rubrica Crédito a clientes – Altis regista o valor nominal dos créditos adquiridos no âmbito daquela operação de titularização no montante de Euros 230.000.000, deduzido dos valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos, acrescido do montante de recompras de novos créditos efectuadas, bem como os respectivos juros periodificados. Os valores referentes às amortizações entretanto ocorridas são analisados como segue:

Data	Recebimentos Euros
20-03-2009	5.799.404
22-06-2009	5.664.900
21-09-2009	5.856.306
21-12-2009	5.942.188
	<u>23.262.798</u>

### 2.6 – Outros activos

	2009 Euros	2008 Euros
Outros devedores	11.446	21.487
Acceptance fee	10.425	-
	<u>21.871</u>	<u>21.487</u>

A rubrica *Acceptance fee* regista o valor a reconhecer em resultados referente ao *fee* anual pago pelo originador pelos serviços realizados pela Sociedade à operação. A Sociedade recebe os montantes correspondentes a estes serviços do originador da operação (TAP S.A.) e paga às entidades que prestam esse serviço.

### 2.7 – Títulos de dívida emitidos

	2009 Euros	2008 Euros
Obrigações de titularização	206.737.202	230.000.000
Juros periodificados	86.830	225.687
	<u>206.824.032</u>	<u>230.225.687</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 2.8 – Outros Passivos

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	21.000	21.175
<i>Issuer fee</i>	632	633
<i>Agent bank fee</i>	239	238
	<u>21.871</u>	<u>22.046</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3 - Operação Rose

A 19 de Dezembro de 2007 a Sociedade efectuou a Operação “Rose No. 1 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de créditos futuros sobre as receitas da Brisa (Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A.) e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 400.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Os créditos encontram-se garantidos pelo originador da operação.

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Rose No. 1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à Euribor a três meses, acrescida de um *spread* de 1,15%. De acordo com o estabelecido contratualmente, o reembolso das obrigações irá ocorrer a 15 de Dezembro de cada ano, tendo sido efectuado o primeiro reembolso em 15 de Dezembro de 2008 e o segundo em 15 de Dezembro de 2009 ambos no montante de Euros 80.000.000.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito que tem em consideração o montante estimado dos recebimentos de dívidas até ao final da operação (baseado na análise histórica de recebimentos), os custos e proveitos associados, bem como a taxa de juro implícita na operação. As perdas por imparidade dos activos securitizados, ou quaisquer outros factos no âmbito da operação poderão conduzir a uma insuficiência de fundos para liquidação do capital e juros das obrigações. Estas perdas serão assumidas exclusivamente pelos detentores das obrigações.

#### Titulos de dívida emitidos

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de juro 31.12.2009	Taxa de juro 31.12.2008
Rose no 1 Securitisation Notes	Dezembro de 2012	240.000.000	EUR 3M+1,15%	1,85%	4,479%

A rubrica Obrigações de titularização – Rose regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 1,15%. Trimestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	Rose	
		2009	2008
		(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares		8.989,956	23.959,980
Juros e custos similares		8.989,956	23.959,980
Margem financeira	3.1	-	-
Resultados de serviços e comissões	3.2	69.647	81.328
Outros resultados de exploração		-	-
Total de proveitos operacionais		69.647	81.328
Gastos gerais administrativos	3.3	69.647	81.328
Total de custos operacionais		69.647	81.328
Resultado operacional		-	-
Resultado antes de impostos		-	-
Impostos sobre lucros		-	-
Resultados do exercício		-	-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

<i>Activo</i>	Notas	Rose	
		2009 (Euros)	2008 (Euros)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.4	237	14.767
Créditos a clientes	4.5	240.198.827	330.637.013
Outros activos	4.6	8.783	65.390
		<u>240.207.847</u>	<u>330.717.170</u>
<i>Passivo</i>			
Títulos de dívida emitidos	4.7	240.198.827	330.637.013
Outros passivos	4.8	9.020	80.157
Total do Passivo		<u>240.207.847</u>	<u>330.717.170</u>
<i>Capital Próprio</i>			
Capital		-	-
Prestações suplementares		-	-
Reservas e resultados acumulados		-	-
Resultado do exercício		-	-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>240.207.847</u>	<u>330.717.170</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Rose	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	0	14.767
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	0	14.767
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	80.000.000	80.000.000
Juros e proveitos similares	9.428.694	24.339.467
	89.428.694	104.339.467
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	89.428.694	104.339.467
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	(80.000.000)	(80.000.000)
Juros e custos similares	(9.443.224)	(24.339.467)
	(89.443.224)	(104.339.467)
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(89.443.224)	(104.339.467)
Variação da caixa e seus equivalentes	(14.530)	14.767
Caixa e seus equivalentes no início do período	14.767	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	237	14.767

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3.1 – Margem financeira

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de Depósitos	-	-
Juros de créditos titularizáveis	8.989.956	23.959.980
	8.989.956	23.959.980
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos emitidos	8.989.956	23.959.980
	8.989.956	23.959.980
<i>Margem Financeira</i>	-	-

### 3.2 – Resultados de Serviços e Comissões

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
<i>Audit fee</i>	-	39.325
<i>Issuer fee</i>	16.888	32.160
<i>Agent bank fee</i>	6.508	8.343
<i>Clearstream fee</i>	46.251	-
<i>Outros</i>	-	1.500
	69.647	81.328

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3.3 – Gastos gerais administrativos

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	-	39.325
<i>Issuer fee</i>	16.888	32.160
<i>Agent bank fee</i>	6.508	8.343
<i>Clearstream fee</i>	46.251	-
Outros	-	1.500
	69.647	81.328

### 3.4 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2009 Euros	2008 Euros
Depósitos à ordem	237	14.767

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Rose, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG – London.

### 3.5 – Crédito a Clientes

	2009 Euros	2008 Euros
Créditos e periodificação de juros	240.198.827	320.637.013

A rubrica Crédito e periodificação de juros – Rose regista o valor nominal dos créditos adquiridos no âmbito daquela operação de titularização no montante de Euros 400.000.000, deduzido dos valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos e respectivos juros periodificados. Os valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos são analisados como segue:



## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

<b>Data</b>	<b>Recebimentos</b>
Dez-08	80.000.000
Dez-09	80.000.000
	<b>160.000.000</b>

### 3.6 – Outros activos

	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Outros devedores	-	65.390
<i>Acceptance fee</i>	8.783	-
	<b>8.783</b>	<b>65.390</b>

A rubrica *Acceptance fee* regista o valor a reconhecer em resultados referente ao *fee* anual pago pelo originador pelos serviços realizados pela Sociedade à operação.

A 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 78.650 referente à prestação de serviços de auditoria. Durante 2009, este valor foi regularizado por contrapartida do valor a pagar ao originador (Brisa, S.A.).

### 3.7 – Títulos de dívida emitidos

	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Obrigações de titularização	240.000.000	320.000.000
Juros periodificados	198.827	637.013
	<b>240.198.827</b>	<b>320.637.013</b>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 3.8 – Outros passivos

	2009 Euros	2008 Euros
Outros credores	7.945	-
<i>Audit fee</i>	-	78.650
<i>Issuer fee</i>	853	1.137
<i>Agent bank fee</i>	222	370
	9.020	80.157

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 4 - Operação Aqua Mortgage

A 9 de Dezembro de 2008 a Sociedade efectuou a Operação “ Aqua Mortgage No. 1 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição de um portfólio de créditos hipotecários do Finibanco, S.A no montante de Euros 207.000.000 e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas divididas em 3 tranches: Euros 203.176.000 Class A, Euros 29.824.000 Class B, Euros 3.500.000 Class C. As 2 primeiras emissões foram emitidas ao par e a tranche C foi emitida com um prémio de Euros 925.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os ratings atribuídos às diferentes classes foram os seguintes:

	S&P
Class A	AAA
Class B	-
Class C	-

A remuneração das 2 primeiras tranches encontra-se indexada à Euribor a seis meses, acrescida de um spread de 0,15% para a Class A e de 0,40% para a Class B. As obrigações de classe C não têm uma taxa de juro definida, tendo direito aos montantes disponíveis após cumprimento das restantes responsabilidades da operação, como estipulado nas condições da mesma.

De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá iniciar-se a Janeiro de 2011 terminando a Dezembro de 2063, a data de maturidade legal para todas as tranches.

Os créditos cedidos correspondem às prestações de reembolso do capital e de pagamento dos juros remuneratórios e demais montantes devidos ao cedente no âmbito de contratos de concessão de crédito hipotecário (incluindo crédito à habitação concedido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 348/98, de 11 de Novembro).

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade da carteira de activos vincendos e vencidos, tomando em consideração o tipo de crédito concedido, as contragarantias existentes, a antiguidade e o comportamento dos activos em mora e a imparidade média da carteira de crédito do originador para activos similares. As perdas por imparidade dos activos securitizados, ou quaisquer outros factos no âmbito da operação poderão conduzir a uma insuficiência de fundos para liquidação do capital e juros das obrigações. Estas perdas serão assumidas exclusivamente pelos detentores das obrigações.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### *Títulos de dívida emitidos*

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de Juro em 31.12.2009	Taxa de Juro em 31.12.2008
Aqua Mortgage Class A-Notes	Dezembro de 2063	203.176.000	EUR 6 M + 0,15%	1,144%	3,860%
	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de Juro em 31.12.2009	Taxa de Juro em 31.12.2008
Aqua Mortgage Class B-Notes	Dezembro de 2063	29.824.000	EUR 6 M + 0,40%	1,394%	4,110%

A rubrica Obrigações de titularização – Aqua Mortgage regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a duas tranches de obrigações (“Class A Notes” e “Class B Notes”) com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 0,15% e 0,40%, respectivamente e a uma terceira tranche de obrigações (“Class C Notes”) a remuneração destas notes será a diferença entre os valores recebidos e as remunerações pagas às “Class A” e “Classe B”. Mensalmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Notas	Aqua Mortgage	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	8.605.958	869.164
Juros e custos similares	8.260.091	823.145
Margem financeira	345.867	46.019
Resultados de serviços e comissões	-	-
Resultados em Operações Financeiras	728.880	-
Outros proveitos de exploração	-	-
Total de proveitos operacionais	728.880	-
Gastos gerais administrativos	360.274	46.019
Total de custos operacionais	360.274	46.019
Imparidade do crédito	714.473	-
Resultado operacional	-	-
Resultado antes de impostos	-	-
Impostos sobre lucros	-	-
Resultado do exercício	-	-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	Aqua Mortgage	
		2009	2008
		(Euros)	(Euros)
<i>Activo</i>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.4	6.626.869	8.382.953
Créditos a clientes	4.5	230.155.050	229.918.301
Outros activos	4.6	11.285	-
		<u>236.793.204</u>	<u>238.301.254</u>
<i>Passivo</i>			
Títulos de dívida emitidos	4.7	236.761.415	238.247.117
Outros passivos	4.8	31.789	54.137
Total do Passivo		<u>236.793.204</u>	<u>238.301.254</u>
<i>Capital Próprio</i>			
Capital		-	-
Prestações suplementares		-	-
Reservas e resultados acumulados		-	-
Resultado do exercício		-	-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>236.793.204</u>	<u>238.301.254</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

	Aqua Mortgage	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	(379.500)	8.118
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	(379.500)	8.118
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	22.902.012	(229.918.301)
Juros e proveitos similares	9.080.625	869.164
	31.982.636	(229.049.137)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	31.982.636	(229.049.137)
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	(23.607.716)	238.247.117
Juros e custos similares	(9.751.504)	(823.145)
	(33.359.221)	237.423.972
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(33.359.221)	237.423.972
Variação da caixa e seus equivalentes	(1.756.084)	8.382.953
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.382.953	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.626.869	8.382.953

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 4.1 – Margem financeira

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de Créditos Titularizáveis	8.557.239	869.164
Juros de Depósitos	31.667	-
Prémio de emissão de obrigações	17.052	-
	<u>8.605.958</u>	<u>869.164</u>
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos emitidos	8.260.091	823.145
	<u>8.260.091</u>	<u>823.145</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>345.867</u>	<u>46.019</u>

### 4.2 – Resultados em operações financeiras

	2009 Euros
<i>Lucros em operações financeiras:</i>	
Outros proveitos e ganhos em operações financeiras	728.880
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>	
Outros custos e perdas em operações financeiras	-
<i>Resultados Líquidos em operações financeiras</i>	<u>728.880</u>

A rubrica Outros proveitos e ganhos em operações financeiras inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.



## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 4.3 – Gastos gerais administrativos

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	20.520	21.600
<i>Service fee</i>	117.906	7.119
<i>Issuer fee</i>	30.914	7.168
<i>Agent bank fee</i>	13.073	10.132
<i>Legal fee</i>	177.861	
	<u>360.274</u>	<u>46.019</u>

### 4.4 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2009 Euros	2008 Euros
Depósitos à ordem	<u>6.626.869</u>	<u>8.382.953</u>

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação Aqua Mortgage, diz respeito a depósitos à ordem junto do Deutsche Bank, AG - London.

### 4.5 – Crédito a Clientes

	2009 Euros	2008 Euros
Crédito e periodificação de juros	230.869.523	229.918.301
Imparidade	(714.473)	-
	<u>230.155.050</u>	<u>229.918.301</u>

A rubrica Crédito a clientes – Aqua Mortgage regista o valor nominal dos créditos adquiridos no âmbito daquela operação de titularização no montante de Euros 233.000.000, deduzido dos valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos, acrescido do montante de recompras de novos créditos efectuadas, bem como os respectivos juros periodificados. Os valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos e aos montantes de recompras de novos créditos efectuadas são analisados como segue:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

Ano	Recebimentos Euros	Recompras Euros
2009	34.690.939	23.607.266

A rubrica Imparidade- Aqua Mortgage resulta da avaliação da imparidade dos activos afectos às obrigações titularizadas, conforme definido acima.

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2009 Euros
<i>Imparidade para crédito:</i>	
Saldo em 1 de Janeiro	-
Dotação do exercício	714.473
Saldo em 31 de Dezembro	714.473

A rubrica imparidade para crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de fim do exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1.3.

O risco de crédito da operação é mitigado através de contragarantias pessoais e contragarantias reais. As garantias reais correspondem a hipotecas sobre imóveis e penhores mercantis sobre bens dos clientes. Os colaterais são reavaliados periodicamente e considerando as políticas contabilísticas do originador. De acordo com o definido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro e, de forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, os valores dos imóveis deverão ser revistos regularmente com base em avaliações independentes efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva.

### 4.8 – Outros activos

	2009 Euros	2008 Euros
Outros devedores	6.290	-
Acceptance fee	4.995	-
	11.285	-

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

A rubrica *Acceptance fee* regista o valor a reconhecer em resultados referente ao *fee* anual pago pelo originador pelos serviços realizados pela Sociedade à operação.

### 4.7 – Títulos de dívida emitidos

	2009 Euros	2008 Euros
Obrigações de titularização	236.500.000	236.500.000
Juros periodificados	68.968	823.145
Prémio de emissão	906.920	923.972
Outros	(714.473)	-
	<u>236.761.415</u>	<u>238.247.117</u>

A rubrica Outros inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.

### 4.7 – Outros Passivos

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	20.520	21.600
<i>Service fee</i>	5.177	7.119
<i>Issuer fee</i>	1.577	7.168
<i>Agent bank fee</i>	4.515	10.132
Outros	-	8.118
	<u>31.789</u>	<u>54.137</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 5 - Operação Magma

A 30 de Dezembro de 2008 a Sociedade efectuou a Operação “Magma No. 1 Securitisation Notes” - esta operação consistiu na aquisição de um portfolio de créditos futuros sobre as receitas da Sonaecom – Serviços de Comunicações S.A. (prestação de serviços telefónicos, móveis e fixos) e respectivamente a emissão de obrigações titularizadas por um montante total de Euros 100.000.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

No âmbito da aquisição referida no parágrafo anterior foi efectuada uma emissão de obrigações “Magma No.1 Securitisation Notes” com valor nominal igual ao valor de aquisição dos créditos.

A remuneração das obrigações encontra-se indexada à taxa Euribor a três meses, acrescida de um *spread* de 3,50%. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá ocorrer de uma só vez em Dezembro de 2013.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito que tem em consideração o montante estimado dos recebimentos de dívidas até ao final da operação (baseado na análise histórica de recebimentos), os custos e proveitos associados, bem como a taxa de juro implícita na operação. As perdas por imparidade dos activos securitizados, ou quaisquer outros factos no âmbito da operação poderão conduzir a uma insuficiência de fundos para liquidação do capital e juros das obrigações. Estas perdas serão assumidas exclusivamente pelos detentores das obrigações.

#### Títulos de dívida emitidos

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de Juro em 31.12.2009	Taxa de Juro em 31.12.2008
Magma n° 1 Securitisation Notes	Dezembro de 2013	80.000.000	EUR 3 M + 3,50%	4,200%	6,519%

A rubrica Obrigações de titularização – Magma regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a uma única tranche de obrigações com uma remuneração variável de Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 3,5%. Trimestralmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

Notas	Magma	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
Juros e proveitos similares	4.805.934	18.108
Juros e custos similares	4.805.934	18.108
Margem financeira	5.1	-
Resultados de serviços e comissões	5.2	78.440
Outros proveitos de exploração	-	-
Total de proveitos operacionais	78.440	14.559
Gastos gerais administrativos	5.3	78.440
Total de custos operacionais	78.440	14.559
Resultado operacional	-	-
Resultado antes de impostos	-	-
Impostos sobre lucros	-	-
Resultado do exercício	-	-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	Magma	
		2009	2008
		(Euros)	(Euros)
<i>Activo</i>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.4	5	-
Créditos a clientes	5.5	80.373.513	100.018.108
Outros activos	5.6	14.122	14.559
		<u>80.387.640</u>	<u>100.032.667</u>
<i>Passivo</i>			
Títulos de dívida emitidos	5.7	80.373.513	100.018.108
Outros passivos	5.8	14.127	14.559
Total do Passivo		<u>80.387.640</u>	<u>100.032.667</u>
<i>Capital Próprio</i>			
Capital		-	-
Prestações suplementares		-	-
Reservas e resultados acumulados		-	-
Resultado do exercício		-	-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>80.387.640</u>	<u>100.032.667</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

	Magma	
	2009	2008
	(Euros)	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-	-
	5	-
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	5	-
<b>Actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aquisição de créditos	20.000.000	(100.000.000)
Juros e proveitos similares	4.450.529	-
	24.450.529	(100.000.000)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	24.450.529	(100.000.000)
<b>Actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Títulos de dívida emitidos	(20.000.000)	100.000.000
Juros e custos similares	(4.450.529)	-
	(24.450.529)	100.000.000
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(24.450.529)	100.000.000
Variação da caixa e seus equivalentes	5	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 5.1 – Margem financeira

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>		
Juros de Créditos Titularizáveis	4.805.934	18.108
	<u>4.805.934</u>	<u>18.108</u>
<i>Juros e custos similares:</i>		
Juros de títulos emitidos	4.805.934	18.108
	<u>4.805.934</u>	<u>18.108</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>-</u>	<u>-</u>

### 5.2 – Rendimentos de Serviços e Comissões

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	13.680	14.400
<i>Service fee</i>	9.360	28
<i>Issuer fee</i>	31.180	86
<i>Agent bank fee</i>	19.385	45
<i>Irish stock exchange</i>	3.035	-
<i>Legal fee</i>	1.800	-
	<u>78.440</u>	<u>14.559</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)



5.3 – Gastos gerais administrativos

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	13.680	14.400
<i>Service fee</i>	9.360	28
<i>Issuer fee</i>	31.180	86
<i>Agent bank fee</i>	19.385	45
<i>Irish stock exchange</i>	3.035	-
<i>Assistência jurídica</i>	1.800	-
	<u>78.440</u>	<u>14.559</u>

5.4 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2009 Euros	2008 Euros
Depósitos à ordem	<u>5</u>	<u>-</u>

5.5 – Crédito a Clientes

	2009 Euros	2008 Euros
Crédito e periodificação de juros	<u>80.373.513</u>	<u>100.018.108</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

A rubrica Crédito a clientes – Magma regista o valor nominal dos créditos adquiridos no âmbito daquela operação de titularização no montante de Euros 100.000.000, deduzido dos valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos, acrescido do montante de recompras de novos créditos efectuadas, bem como os respectivos juros periodificados. Os valores referentes às amortizações entretanto ocorridas são analisados como segue:

<b>Data</b>	<b>Recebimentos Euros</b>
27-03-2009	5.000.000
29-06-2009	5.000.000
28-09-2009	5.000.000
28-12-2009	5.000.000
	<u>20.000.000</u>

### 5.6 – Outros activos

	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Outros devedores	14.122	14.559
	<u>14.122</u>	<u>14.559</u>

A rubrica Outros devedores – Magma inclui o montante de Euros 13.880 (2008: Euros 14.400) relativo à prestação de serviços de auditoria do exercício de 2009. Está incluído nesta rubrica o montante de Euros 3.984 referente a comissões bancárias, de emissão e de gestão de créditos e depósito à ordem. A Sociedade recebe os montantes correspondentes a estes serviços do originador da operação (Sonaecom – Serviços de Comunicação, S.A.) e paga às entidades que prestam esse serviço.

### 5.7 – Títulos de dívida emitidos

	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Obrigações de titularização	80.000.000	100.000.000
Juros periodificados	373.513	18.108
	<u>80.373.513</u>	<u>100.018.108</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 5.8 – Outros Passivos

	2009 Euros	2008 Euros
<i>Audit fee</i>	13.680	14.400
<i>Service fee</i>	67	86
<i>Issuer fee</i>	250	28
<i>Agent bank fee</i>	130	45
	<u>14.127</u>	<u>14.559</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 6 - Operação Energy On N° 1

A 6 de Março de 2009 a Sociedade efectuou a Operação “EnergyOn N° 1 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição à EDP Serviço Universal, SA, de créditos que correspondem ao direito de recebimento de montantes relativos aos pagamentos dos valores de ajustamentos positivos referentes a custos decorrentes da actividade de aquisição de energia eléctrica, relativos ao ano de 2007 e 2008. Foram emitidas obrigações titularizadas ao par por um montante total de Euros 1.258.600.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os ratings atribuídos às diferentes classes foram os seguintes:

	Moody's
Class A1	Aaa
Class A2	-
Class B	-

Esta emissão corresponde a três tranches de obrigações: “Class A1 Notes” emitidas ao par pelo montante de Euros 1.253.450.000 com uma remuneração variável de Euribor a 1 mês acrescida de um *spread* de 0,90%, após a Step-Up Date o *spread* será de 1,95%; “Class A2 Notes” emitidas ao par pelo montante de Euros 150.000 com uma remuneração correspondente a 12 pagamentos consecutivos, definida como *Differential Step-Up Amounts*, apenas na medida em que tais pagamentos sejam devidos; e uma terceira tranche de obrigações, “Class B Notes”, emitidas ao par pelo montante de Euros 5.000.000, cuja remuneração será a diferença entre os valores recebidos e as remunerações pagas às “Class A1” e “Classe A2” e a todos os custos, comissões e despesas em dívida nessa data. Todas elas estão registadas junto da Interbolsa e a Class A1 está listada na Euronext Lisboa. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá começar a 12 de Março de 2010, mensalmente, começando pela Class A1, depois Class A2 e finalmente Class B.

### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito. Dada a natureza do devedor foi considerado que não existiu variação do risco de crédito.

### Títulos de dívida emitidos

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de Juro em 31.12.2009
EnergyOn n° 1 Class A 1 - Notes	Dezembro de 2025	1.253.450.000	EUR 1 M + 1,95%	2,403%

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

Os valores recebidos dos activos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos activos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas, não existindo resultado nas contas de exploração da Sociedade.

A rubrica Obrigações de titularização – EnergyOn regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Os valores recebidos mensalmente são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para o período compreendido entre 6 de Março e 31 de Dezembro de 2009

		EnergyOn n° 1
		2009
		(Euros)
	Notas	
Juros e proveitos similares		31.477.088
Juros e custos similares		27.051.530
Margem financeira	6.1	4.425.558
Resultados de serviços e comissões		-
Resultados em operações financeiras	6.2	8.091.041
Outros proveitos de exploração		-
Total de proveitos operacionais		8.091.041
Gastos gerais administrativos	6.3	12.516.599
Total de custos operacionais		12.516.599
Resultado operacional		-
Resultado antes de impostos		-
Impostos sobre lucros		-
Resultado do exercício		-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009

<i>Activo</i>	Notas	EnergyOn n° 1
		2009
		(Euros)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.4	11.821.382
Créditos a clientes	6.5	1.235.426.349
Activos Financeiros detidos para negociação		-
Outros activos	6.6	4.742
		<u>1.247.252.473</u>
<i>Passivo</i>		
Títulos de dívida emitidos	6.7	1.224.012.388
Passivos Financeiros detidos para negociação	6.8	23.202.195
Outros passivos	6.9	37.890
Total do Passivo		<u>1.247.252.473</u>
<i>Capital Próprio</i>		
Capital		-
Prestações suplementares		-
Reservas e resultados acumulados		-
Resultado do exercício		-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>
		<u>1.247.252.473</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período compreendido entre 6 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2009

	EnergyOn n.º 1
	2009
	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>	
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	(749.291)
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	(749.291)
<b>Actividades de investimento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Aquisição de créditos	(1.204.421.973)
Juros e proveitos similares	(27.741.914)
	(1.232.163.887)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	(1.232.163.887)
<b>Actividades de financiamento</b>	
Pagamentos respeitantes a:	
Títulos de dívida emitidos	1.258.600.000
Juros e custos similares	(13.865.439)
	1.244.734.561
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	1.244.734.561
Variação da caixa e seus equivalentes	11.821.382
Caixa e seus equivalentes no início do período	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.821.382

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras



## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 6.1 – Margem financeira

	2009 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>	
Juros de Créditos Titularizáveis	31.004.376
Juros de Depósitos	472.712
	<u>31.477.088</u>
<i>Juros e custos similares:</i>	
Juros de títulos emitidos	27.051.530
	<u>27.051.530</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>4.425.558</u>

### 6.2 – Resultados em operações financeiras

	2009 Euros
<i>Lucros em operações financeiras:</i>	
Operações com instrumentos financeiros de negociação Swaps	-
Outros proveitos e ganhos em operações financeiras	45.158.676
	<u>45.158.676</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>	
Operações com instrumentos financeiros de negociação Swaps	37.067.635
Outros custos e perdas em operações financeiras	-
	<u>37.067.635</u>
<i>Resultados Líquidos em operações financeiras</i>	<u>8.091.041</u>

A rubrica Lucros / (Prejuízos) em Operações com instrumentos financeiros de negociação – Swaps inclui as variações de justo valor e juros corridos dos derivados financeiros.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

A rubrica Outros proveitos e ganhos em operações financeiras inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.

#### 6.3 – Gastos gerais administrativos

	2009 Euros
<i>Audit fee</i>	30.000
<i>Service fee</i>	19.889
<i>Issuer fee</i>	105.141
<i>Agent bank fee</i>	17.252
<i>Legal fee</i>	238.523
<i>Arranger fee</i>	11.733.696
<i>Raiting Agency fee</i>	325.000
CMVM	2.000
Euronext	10.865
Interbolsa	30.733
Outros	3.500
	<u>12.516.599</u>

#### 6.4 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2009 Euros
Depósitos à ordem	<u>11.821.382</u>

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação EnergyOn 1, diz respeito a depósitos à ordem junto do DB London AG.

#### 6.5 – Créditos a clientes

	2009 Euros
Créditos e periodificação de juros	<u>1.235.426.349</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

A rubrica Créditos – EnergyOn nº 1 regista o justo valor à data de aquisição dos créditos no âmbito daquela operação de titularização no montante de Euros 1.204.421.973 acrescido da respectiva periodificação de juros e da periodificação do diferencial de encargos financeiros resultante da ocorrência do *Eurosystem Event*.

### 6.6 – Outros activos

	2009 Euros
<i>Acceptance fee</i>	4.742
	<u>4.742</u>

A rubrica *Acceptance fee* regista o valor a reconhecer em resultados referente ao *fee* anual pago pelo originador pelos serviços realizados pela Sociedade à operação.

### 6.7 – Títulos de dívida emitidos

	2009 Euros
Obrigações de titularização	1.258.600.000
Juros periodificados	10.571.064
Outros	(45.158.676)
	<u>1.224.012.388</u>

A rubrica Outros inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 6.8 – Passivos financeiros detidos para negociação

O detalhe dos swaps, pago e calculado mensalmente, é apresentado no quadro seguinte:

	2009 Euros
Swaps	23.202.195

A rubrica Swaps refere-se ao justo valor da operação de swap de taxa de juro contratada no âmbito da operação EnergyOn nº 1 e ao respectivo juro corrido. O detalhe do justo valor do Swap com referência a 31 de Dezembro de 2009 é apresentado no quadro seguinte:

	Montante Nocional	Maturidade	Justo valor em 31.12.2009
Operação EnergyOn nº 1	1.275.682.000	12-02-2025	22.153.451

### 6.9 – Outros Passivos

	2009 Euros
<i>Audit fee</i>	
<i>Service fee</i>	30.000
<i>Issuer fee</i>	1.142
<i>Agent bank fee</i>	5.944
	804
	37.890

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 7 - Operação Aqua Finance 3

A 30 de Junho de 2009 a Sociedade efectuou a Operação “Aqua Finance No. 3 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição de um portfólio de créditos para aquisição de equipamentos e outros bens de consumo, de leasing e de contratos de aluguer a longo prazo de veículos e equipamentos (ALD), do Finicredito, S.A e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas divididas em 3 tranches: Euros 110.020.000 Classe A, Euros 96.980.000 Class B, Euros 6.210.000 Classe C. Todas as tranches foram emitidas ao par. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os ratings atribuídos às diferentes classes foram os seguintes:

	S&P
Class A	AAA
Class B	-
Class C	-

A remuneração das 2 primeiras tranches é fixa para a Class A é de 5% e para a Class B de 5.75%. As obrigações de class C não têm uma taxa de juro definida, tendo direito aos montantes disponíveis após cumprimento das restantes responsabilidades da operação, com estipulado nas condições da mesma.

De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá iniciar-se a Agosto de 2012 terminando a Dezembro de 2023, a data da maturidade legal para todas as tranches.

Os créditos a ceder correspondem às prestações de reembolso do capital e de pagamento dos juros remuneratórios e demais montantes devidos ao cedente no âmbito de contratos de concessão de crédito acima descritos.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela sociedade a avaliação da imparidade da carteira de activos vincendos e vencidos, tomando em consideração o tipo de crédito concedido, as contragarantias existentes, a antiguidade e o comportamento dos activos em mora e a imparidade média da carteira de crédito do originador para os activos similares. As perdas por imparidade dos activos securitizados, ou quaisquer outros factos no âmbito da operação poderão conduzir a uma insuficiência de fundos para liquidação do capital e juros das obrigações. Estas perdas serão assumidas exclusivamente pelos detentores das obrigações.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### *Títulos de dívida emitidos*

	<b>Maturidade Legal</b>	<b>Montante Euros</b>	<b>Taxa de Juro</b>	<b>Taxa de Juro em 31.12.2009</b>
Aqua Finance Class A-Notes	Dezembro de 2023	110.020.000	Fixa	5,000%
	<b>Maturidade Legal</b>	<b>Montante Euros</b>	<b>Taxa de Juro</b>	<b>Taxa de Juro em 31.12.2009</b>
Aqua Finance Class B-Notes	Dezembro de 2023	96.980.000	Fixa	5,750%

A rubrica Obrigações de titularização – Aqua Finance regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Esta emissão corresponde a duas tranches de obrigações (“Class A Notes” e “Class B Notes”) com uma remuneração fixa de 5% e 5,75%, respectivamente e a uma terceira tranche de obrigações (“Class C Notes”) a remuneração destas notes será a diferença entre os valores recebidos e as remunerações pagas às “Class A” e “Classe B”. Mensalmente são apurados todos os valores recebidos dos juros dos créditos securitizados e transferidos para a Sociedade. Este valor é pago na íntegra ao detentor das obrigações.

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009;

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para o período compreendido entre 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2009

Notas	Aqua Finance	
	2009	
	(Euros)	
Juros e proveitos similares		15.281.276
Juros e custos similares		14.920.707
Margem financeira	7.1	360.569
Resultados de serviços e comissões		-
Resultados em Operações Financeiras	7.2	19.237.961
Outros proveitos de exploração		-
Total de proveitos operacionais		19.237.961
Gastos gerais administrativos	7.3	360.569
Total de custos operacionais		360.569
Imparidade do crédito	7.5	19.237.961
Resultado operacional		-
Resultado antes de impostos		-
Impostos sobre lucros		-
Resultado do exercício		-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	Aqua Finance
		2009
		(Euros)
<b>Activo</b>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.4	16.887.192
Créditos a clientes	7.5	181.431.682
Outros activos	7.6	4.817
		<u>198.323.691</u>
<b>Passivo</b>		
Titulos de dívida emitidos	7.7	198.246.022
Outros passivos	7.8	77.669
Total do Passivo		<u>198.323.691</u>
<b>Capital Próprio</b>		
Capital		-
Prestações suplementares		-
Reservas e resultados acumulados		-
Resultado do exercício		-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>
		<u>198.323.691</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras



## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período compreendido entre 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2009

	<b>Aqua Finance</b>
	<b>2009</b>
	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>	
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	(778.193)
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	<u>(778.193)</u>
<b>Actividades de investimento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Aquisição de créditos	(244.373.226)
Juros e proveitos similares	12.923.440
	<u>(231.449.786)</u>
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	<u>(231.449.786)</u>
<b>Actividades de financiamento</b>	
Pagamentos respeitantes a:	
Títulos de dívida emitidos	256.535.268
Juros e custos similares	(7.420.097)
	<u>249.115.171</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	<u>249.115.171</u>
Variação da caixa e seus equivalentes	16.887.192
Caixa e seus equivalentes no início do período	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u><u>16.887.192</u></u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 7.1 – Margem financeira

	2009 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>	
Juros de Créditos Titularizáveis	15.273.369
Juros de Depósitos	7.907
	<u>15.281.276</u>
<i>Juros e custos similares:</i>	
Juros de títulos emitidos	14.920.707
	<u>14.920.707</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>360.569</u>

### 7.2 – Resultados em operações financeiras

	2009 Euros
<i>Lucros em operações financeiras:</i>	
Outros proveitos e ganhos em operações financeiras	19.237.961
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>	
Outros custos e perdas em operações financeiras	-
<i>Resultados Líquidos em operações financeiras</i>	<u>19.237.961</u>

A rubrica Outros proveitos e ganhos em operações financeiras inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 7.3 – Gastos gerais administrativos

	2009 Euros
<i>Audit fee</i>	20.400
<i>Service fee</i>	317.400
<i>Issuer fee</i>	16.529
<i>Agent bank fee</i>	6.240
	<u>360.569</u>

### 7.4 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2009 Euros
Depósitos à ordem	<u>16.887.192</u>

### 7.5 – Crédito a Clientes

	2009 Euros
Credito e periodificação de juros	200.669.643
Imparidade	<u>(19.237.961)</u>
	<u>181.431.682</u>

A rubrica Crédito a clientes – Aqua Finance 3 regista o valor nominal dos créditos adquiridos no âmbito daquela operação de titularização no montante de Euros 207.000.000, deduzido dos valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos, acrescido do montante de recompras de novos créditos efectuadas, bem como os respectivos juros periodificados. Os valores referentes aos recebimentos de capital entretanto ocorridos e aos montantes de recompras de novos créditos efectuadas são analisados como segue:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

Ano	Recebimentos Euros	Recompras Euros
2009	52.619.291	30.940.761

A rubrica imparidade – Aqua Finance 3 resulta da avaliação da imparidade dos activos afectos às obrigações titularizadas, conforme definido acima.

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2009 Euros
<i>Imparidade para crédito:</i>	
Saldo em 1 de Janeiro	-
Dotação de exercício	19.237.961
Saldo em 31 de Dezembro	19.237.961

A imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de fim do exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva da imparidade, conforme descrito na nota 1.3.

O risco de crédito da operação é mitigado através de contragarantias pessoais e contragarantias reais. As garantias reais correspondem a hipotecas sobre imóveis e penhores mercantis sobre bens dos clientes. Os colaterais são reavaliados periodicamente e considerando as políticas contabilísticas do originador. De acordo com o definido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro e, de forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, os valores dos imóveis deverão ser revistos regularmente com base em avaliações independentes efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva.

### 7.6 – Outros activos

	2009 Euros
<i>Acceptance fee</i>	4.817
	4.817

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

A rubrica *Acceptance fee* regista o valor a reconhecer em resultados referente ao *fee* anual pago pelo originador pelos serviços realizados pela Sociedade à operação.

### 7.7 – Títulos de dívida emitidos

	2009 Euros
Obrigações de titularização	213.210.000
Juros periodificados	4.273.983
Outros	(19.237.961)
	<u>198.246.022</u>

A rubrica Outros inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.

### 7.8 – Outros Passivos

	2009 Euros
<i>Audit fee</i>	20.400
<i>Service fee</i>	53.475
<i>Issuer fee</i>	2.754
<i>Agent bank fee</i>	1.040
	<u>77.669</u>

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 8 - Operação Energy On N° 2

A 3 de Dezembro de 2009 a Sociedade efectuou a Operação “EnergyOn N° 2 Securitisation Notes” – esta operação consistiu na aquisição à EDP Serviço Universal, SA, de créditos que correspondem ao direito de recebimento de montantes relativos aos pagamentos dos valores de ajustamentos positivos referentes a custos decorrentes da actividade de aquisição de energia eléctrica, relativos ao ano de 2009. Foram emitidas obrigações titularizadas ao par por um montante total de Euros 440.850.000. Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os ratings atribuídos às diferentes classes foram os seguintes:

	Moody's
Class A	Aaa
Class B	-

Esta emissão corresponde a duas tranches de obrigações: “Class A Notes” emitidas ao par pelo montante de Euros 440.650.000 com uma remuneração variável de Euribor a 1 mês acrescida de um *spread* de 0,90%, após a Step-Up Date o *spread* será de 1,60%; “Class B Notes” emitidas ao par pelo montante de Euros 200.000 com uma remuneração correspondente a 12 pagamentos consecutivos, definida como *Differential Step-Up Amounts*, apenas na medida em que tais pagamentos sejam devidos. Todas elas estão registadas junto da Interbolsa e a Class A está listada na Euronext Lisboa. De acordo com o estabelecido contratualmente, a data de reembolso das obrigações irá começar a 12 de Março de 2010, mensalmente, começando pela Class A seguida da Class B.

#### Imparidade

Periodicamente é efectuada pela Sociedade a avaliação da imparidade dos activos da carteira com recurso a um modelo desenvolvido para o efeito. Dada a natureza do devedor foi considerado que não existiu variação do risco de crédito.

#### Títulos de dívida emitidos

	Maturidade Legal	Montante Euros	Taxa de Juro	Taxa de juro em 31.12.2009
Energy On 2 - Class A Notes	Dezembro 2025	440.650.000	EUR 1M+1,60%	2,053%

A rubrica Obrigações de titularização – EnergyOn regista o valor contabilístico das obrigações de titularização, no âmbito daquela operação de titularização. Os valores recebidos mensalmente são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

Seguidamente apresentam-se as demonstrações financeiras da Operação com referência a 31 de Dezembro de 2009:

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Resultados para o período compreendido entre 3 de Dezembro e 31 de Dezembro de 2009

	Notas	EnergyOn n° 2
		2009
		(Euros)
Juros e proveitos similares		733.456
Juros e custos similares		519.387
Margem financeira	8.1	214.069
Resultados de serviços e comissões		-
Resultados em operações financeiras	8.2	(181.805)
Outros proveitos de exploração		-
Total de proveitos operacionais		(181.805)
Gastos gerais administrativos	8.3	32.264
Total de custos operacionais		32.264
Resultado operacional		-
Resultado antes de impostos		-
Impostos sobre lucros		-
Resultado do exercício		-

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras



## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	EnergyOn n.º 2 2009 (Euros)
<i>Activo</i>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.4	6.129.904
Créditos a clientes	8.5	435.453.552
Activos Financeiros detidos para negociação		-
Outros activos	8.6	4.975
		<u>441.588.431</u>
<i>Passivo</i>		
Títulos de dívida emitidos	8.7	439.710.122
Passivos Financeiros detidos para negociação	8.8	1.841.070
Outros passivos	8.9	37.239
Total do Passivo		<u>441.588.431</u>
<i>Capital Próprio</i>		
Capital		-
Prestações suplementares		-
Reservas e resultados acumulados		-
Resultado do exercício		-
Total do Capital Próprio		<u>-</u>
		<u>441.588.431</u>

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período compreendido entre 9 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009

	EnergyOn nº 2
	2009
	(Euros)
<b>Actividades operacionais</b>	
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional	230
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	230
<b>Actividades de investimento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Aquisição de créditos	(434.720.326)
Juros e proveitos similares	-
	(434.720.326)
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	(434.720.326)
<b>Actividades de financiamento</b>	
Pagamentos respeitantes a:	
Títulos de dívida emitidos	440.850.000
Juros e custos similares	-
	440.850.000
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	440.850.000
Variação da caixa e seus equivalentes	6.129.904
Caixa e seus equivalentes no início do período	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.129.904

Para ser lido em anexo às Demonstrações Financeiras

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 8.1 – Margem financeira

	2009 Euros
<i>Juros e proveitos similares:</i>	
Juros de Créditos Titularizáveis	733.226
Juros de Depósitos	230
	<u>733.456</u>
<i>Juros e custos similares:</i>	
Juros de títulos emitidos	519.387
	<u>519.387</u>
<i>Margem Financeira</i>	<u>214.069</u>

### 8.2 – Resultados em operações financeiras

	2009 Euros
<i>Lucros em operações financeiras:</i>	
Operações com instrumentos financeiros de negociação Swaps	-
Outros proveitos e ganhos em operações financeiras	1.659.265
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>	
Operações com instrumentos financeiros de negociação Swaps	1.841.070
Outros custos e perdas em operações financeiras	
<i>Resultados Líquidos em operações financeiras</i>	<u>(181.805)</u>

A rubrica Lucros / (Prejuízos) em Operações com instrumentos financeiros de negociação – Swaps inclui as variações de justo valor e juros corridos dos derivados financeiros.

A rubrica Outros proveitos e ganhos em operações financeiras inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 8.3 – Gastos gerais administrativos

	2009 Euros
<i>Audit fee</i>	24.000
<i>Service fee</i>	1.944
<i>Issuer fee</i>	5.511
<i>Agent bank fee</i>	809
	<u>32.264</u>

### 8.4 – Disponibilidades em instituições de crédito

	2009 Euros
Depósitos à ordem	<u>6.129.904</u>

A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito na Operação EnergyOn 2, diz respeito a depósitos à ordem junto do DB London AG.

### 8.5 – Créditos e periodificação de juros

	2009 Euros
Crédito e periodificação de juros	<u>435.453.552</u>
	<u>435.453.552</u>

A rubrica Créditos – EnergyOn nº 2 regista o justo valor à data de aquisição dos créditos no âmbito daquela operação de titularização no montante de Euros 434.720.326, acrescido da respectiva periodificação de juros e da periodificação do diferencial de encargos financeiros resultante da ocorrência do *Eurosystem Event*.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

### 8.6 – Outros activos

	2009 Euros
<i>Acceptance fee</i>	4.975
	<u>4.975</u>

A rubrica *Acceptance fee* regista o valor a reconhecer em resultados referente ao *fee* anual pago pelo originador pelos serviços realizados pela Sociedade à operação.

### 8.7 – Títulos de dívida emitidos

	2009 Euros
Obrigações de titularização	440.850.000
Juros periodificados	519.387
Outros	(1.659.265)
	<u>439.710.122</u>

A rubrica Outros inclui o reconhecimento da insuficiência que seria assumida pelos detentores dos títulos emitidos à data de 31 de Dezembro de 2009.

### 8.8 – Passivos financeiros detidos para negociação

	2009 Euros
Swaps	<u>1.841.070</u>

A rubrica Swaps refere-se ao justo valor da operação de swap de taxa de juro contratada no âmbito da operação EnergyOn nº 2 e ao respectivo juro corrido.

## 21 Análise detalhada das operações (continuação)

O detalhe do justo valor do Swap com referência a 31 de Dezembro de 2009 é apresentado no quadro seguinte:

	Montante Nocional	Maturidade	Justo valor em 31.12.2009
Operação EnergyON nº 2	447.469.000	03-12-2025	1.871.004

### 8.9 – Outros Passivos

	2009 Euros
<i>Audit fee</i>	24.000
<i>Service fee</i>	1.944
<i>Issuer fee</i>	5.486
<i>Agent bank fee</i>	809
Outros	5.000
	<u>37.239</u>

## 22 Normas contabilísticas recentemente emitidas

### Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2009

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

#### **IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao anterior texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma, os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Sociedade decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de "comprehensive income".

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto na Sociedade foi exclusivamente ao nível da apresentação.

#### **IAS 23 (Alterada) - Custos de Empréstimos Obtidos**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007, a IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) e são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma alterada.

#### **IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda ("puttable instruments") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão, alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma

entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

#### ***IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição***

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2009, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não teve qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Sociedade.

#### ***IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações***

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2009 a IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre a mensuração dos justos valores, nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria interpretação e sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto na Sociedade foi exclusivamente ao nível das divulgações.

#### ***IFRS 8 – Segmentos Operacionais***

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 - Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começarem ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 - Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza desta norma o impacto na Sociedade foi exclusivamente ao nível da apresentação.



### ***IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes***

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A Sociedade não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

### ***IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis***

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A Sociedade não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

### ***IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira***

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da Sociedade, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Sociedade não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

### ***Annual Improvement Project***

Em Maio de 2008 o IASB publicou o Annual Improvement Project o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de

aplicação obrigatória para a Sociedade em 2009, tal como segue:

- Alteração à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 – Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessação do arrendamento e a data da sua alienação.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 19 – Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano e (iii) a distinção entre benefícios de curto, médio e longo prazo.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento se qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 28 – Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 – Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 38 – Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração consistiu fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes à realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 – Segmentos operacionais e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 40 – Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Sociedade

**IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

***IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas***

As alterações ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Sociedade encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

***IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas***

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

***IFRS 9 - Instrumentos financeiros***

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e

- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

A Sociedade está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### ***IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços***

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima qualquer impacto ao nível da Sociedade.

#### ***IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas***

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

#### ***IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes***

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data

efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos e;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Sociedade não espera que esta interpretação tenha um impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### *Annual Improvement Project*

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa.

- Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Sociedade não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

## 23 Eventos subsequentes

Não existe nenhum evento subsequente a assinalar.





## Assembleia Geral

Lista dos pontos da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia Geral da TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., realizada nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais no dia 31 de Março de 2010, pelas 10h00 horas:

- Um. Deliberação sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço e as contas relativas ao exercício de 2009;
- Dois. Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados relativa ao exercício de 2009;
- Três. Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade,
- Quatro. (...).

## Extracto da Acta da Assembleia Geral que aprovou o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados:

### “ACTA n.º 18

No dia 31 de Março de 2010, pelas 10h00 horas, reuniu a Assembleia-Geral de Accionistas da Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (...)

Entrando no ponto um da Ordem de Trabalhos, o Presidente leu os textos referidos no ponto um da ordem de trabalhos (...)

De seguida, não desejando nenhum dos presentes usar a palavra foram o relatório de gestão do Conselho de Administração e as contas e respectiva certificação legal relativas ao exercício de 2009 aprovados por unanimidade.

Passando à análise do segundo ponto da ordem de trabalhos, foi lida pelo Senhor Presidente a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão do Conselho de Administração, como se segue:

A Tagus, SA apresentou em 2009 um resultado bruto de Eur: 175.256,68, a que corresponde um imposto a pagar de Eur: 47.525,56, determinado de acordo com a legislação aplicável.

O resultado líquido foi assim de Eur: 127.731,12, o que, de acordo com as disposições legais e estatutárias, terá a seguinte aplicação:

Reserva Legal	12.773,11
Dividendos	114.000,00
Resultados Transitados	958,01
Total	127.731,12

Posta à votação, foi a proposta de aplicação de resultados aprovada por unanimidade.

(...)”